

QUANDO O CAMPONÊS DEIXA DE SER SUBSTANTIVO PARA SER VERBO

Samira Peduti Kahil*

Muitos estudiosos falam sobre o camponês. Em nossas pesquisas deixamos que o camponês fale por si São neste indivíduos, em sua realidade social e histórica, que vimos um caminho para lidarmos como os movimentos sociais, formadores e transformadores de um espaço para o camponês só ocorre através de suas relações com os outros, onde a linguagem tem uma função primordial como mediação histórica, quando se identificam dentro de um grupo, quando dão sentido às suas práticas, quando chegam a reconhecer o mundo que os envolvem, dando respostas às solicitações de seu meio, num desvendamento ou numa recusa às determinações exteriores, deixam de ser substantivo para serem verbo.

Ouvir o homem no campo permite um conhecimento da realidade camponesa que os quadros estatísticos e os modelos teóricos nem seque refletem.

Mantidos sobre o silêncio da opressão o homem no campo se calou sob a ditadura (política, econômica e cultural), sua consciência manteve-se sob representações que não podem compreender, tornando-os cidadãos fictícios, imaginários.

Intervertido para o Brasil, o modelo de “desenvolvimento” elaborado conforme os padrões existentes na Europa e Estados Unidos da América instituiu no país um processo também imagiário.

Sem reconhecer a si própria, como nação e como potencialidade, a sociedade permitiu encerrar-se numa determinação limitante (a da ordem) pela possibilidade do “desenvolvimento progressivo”.

A incorporação cultural dessas determinações recria uma sociedade estranha a si mesma que quando comparada ao modelo gerador se autodenomina subdesenvolvida.

Tais determinações exteriores se tornam poderes hipostasiados na sociedade dos quais, somente a auto-reflexão poderá libertá-la.

Liberdade significa deixar que o camponês fale por si, exerça a possibilidade da autonomia, da criatividade e mesmo do erro, encontre em si mesmo a vontade de transformação da sociedade.

Com certeza esta possibilidade é uma contradição nos termos do modo capitalista de produzir pois, pressupõe a gestão coletiva da produção, das decisões e das representações. Não podemos discutir, nos limites deste texto, a questão em toda sua extensão. Nos reportaremos sobretudo à organização do movimento

* Profa. Assistente- IGCE – UNESP- BRASIL

camponês no Brasil e a possibilidade que criam de transformação de sua própria visão de sociedade e de mundo, conseqüentemente, a possibilidade de transformação das concepções teóricas e práticas daqueles que inseridos na divisão social do trabalho no modo capitalista de produzir, produzem a ciência.

Assim é que, comprometidos com a luta dos camponeses, pela conquista e reconhecimento de seu espaço social, assumimos uma luta permanente, compromissada com um produzir geográfico para quem o espaço é espaço de construção de uma “nova sociedade” e não teremos condições de definir que “nova sociedade” é esta sem conhecer o pensamento e os fundamentos da vontade política do homem no campo, do camponês. Uma nova sociedade não será nova se impusermos nossos conhecimentos teóricos sobre a realidade geográfica e histórica da sociedade, se, demasiadamente urbanos quisermos entender, planejar e resolver problemas do campo, se não escutarmos aqueles que estão conosco no mesmo processo.

Vivemos uma sociedade na qual o sujeito, aquele pelo qual todos agem, é o capital. O homem (tanto o trabalhador quanto o capitalista) é apenas suporte desse sujeito. O homem é substantivo (no sentido de sub-estar), na mediada em que é sujeito-negado, se conservando no predicado, nomeando aquilo que move e este é o capital, que só em movimento é o que é.

Em “O Capital” Marx nos explica: “(...) Na circulação D-M-D, (...) a mercadoria e dinheiro funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, e dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria. De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto sua autovalorização...” (Marx: 1985, pg. 130).

Enquanto o capital é o sujeito, em sentido pleno, o homem, a liberdade, a riqueza e a propriedade se invertem em não-homem, não-liberdade, não-riqueza, não-propriedade. Com efeito, isto “se poderia ver, primeiro, mostrando simplesmente como os predicados dessas determinações, para o caso do capitalismo, estão em contradição com seus sujeitos: a liberdade burguesa é liberdade do capital, a propriedade privada burguesa é menos propriedade do indivíduo sobre o capital do que propriedade do capital sobre ele mesmo, a riqueza burguesa é de fato pobreza (subjéctiva), o homem (o perário, o capitalista) é na realidade um não-homem” (Fausto: 1987, pg 46).

Deixar de ser substantivo para ser verbo significa então, ruptura com a sociedade instituída/heteronômica e, auto-instituição e autonomia desta mesma sociedade.

No campo, junto aos camponeses, em suas falas, em nossas conversas é que vimos a possibilidade da autonomia.

Criada e recriada nos póros do capitalismo a resistência do trabalhador rural expropriado, sem terra, se configura num movimento social que é expressão das condições sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (M.S.T.) é uma forma dos trabalhadores se articularem para a conquista de seus direitos á terra.

Resultado delutas isoladas, que aconteceram em 1978/79/80 na região Sul do país, o M.S.T. foi organizado a partir do Acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (Rs), em 1981.

Em 1984, no 1º Encontro Nacional do Movimento Sem Terra, haviam representantes da organização de 12 Estados brasileiros. Em 1985, 100 lavradores de 23 Estados participaram do 1º Congresso do M.S.T.

A resposta do Estado a esta organização é a de intervir no processo incorporando a reivindicação dos trabalhadores, tanto que no “pacto social” de 1985, a reforma agrária ocupa lugar de destaque. Entendemos que estava por trás desta intervenção –garantir a produção do capital e desviar a atenção das discussões sobre a estrutura agrária com uma proposta, a de realizar assentamentos em terras públicas.

Há que se lembrar também que, simultaneamente à organização e ocupações realizadas pelo M.S.T., começa a organizar-se a União Democrática Ruralista (UDR), se articulando no sentido de garantir a continuidade da estrutura agrária no país.

Após a preparação e organização durante um ano e seis meses (1986/87), juntos o grupos de trabalhadores em terra do Rio Claro (21 famílias) e os da Região (Campinas, Americana, Simare, Sta Gertrudes, Sta Bárbara), somando 306 famílias, partem para ocupação de terra no Município de Promissão (Estado de São Paulo) São 18.000 hectares de terras mantidas ociosas pela família Ribas que, desapropriadas pelo Estado, são hoje destinadas às famílias beneficiárias da região de Promissão. Aí os sem terra de Campinas, como são chamados, estão hoje produzindo e sobrevivendo, dando exemplo de resistência na árdua luta pela conquista da terra no Brasil.

Pudemos acompanhar durante nossas pesquisas, como os sujeitos reunidos tomam ciência de que na sociedade há diferenças, discriminações, exploração e miséria. A identificação de que são todos sem terra, possibilita a solidariedade necessária para a solução de seus problemas.

Após a ocupação, acampados à beira da estrada Br. 153, a experiência de relação comunitária se concretiza. O acampamento é uma dorma de pressão onde homens, mulheres e crianças têm papel ativo nos trabalhos da comunidade e, principalmente, nas decisões sobre os rumos do movimento, o grupo vem formando-se com identidade política, tornando seus sujeitos os atores da reforma agrária e da construção de uma nova sociedade.

A organização desse grupo (Grupo IV do MST-SP), nos mostrou que é somente quando os indivíduos deixam de ser substantivos para serem verbo, para serem os sujeitos, que as transformações sociais se dão no tempo e no espaço.

Por um lado, o modo capitalista de produzir mantém as atuais estruturas econômico-sociais que, hegemonicamente dão características ao Estado, um Estado que assume funções de interesse geral mas, na medida em que o interesse geral e o desenvolvimento social coincidam com o interesse da classe dominante (particular).

De outro lado vemos movimentos, resistências e revoltas a exemplo dos casos que acompanhamos. E, estes acontecimentos, estes movimentos de organização não são somente momentos que marcam a história de nossa formação sócio-econômica, mas são forças em curso no qual os indivíduos que lutam em conjunto hão de determinar a organização de suas vidas, numa sociedade livre e autoconciente.

A produção do conhecimento geográfico percorre então o caminho que a sociedade trilha, assumindo transformações históricas que, dialéticamente só poderão ser objetos de análise na medida em que cada fato seja tomado como elemento de uma totalidade, influenciados pelos antagonismos do processo social.

É preciso portanto, retomarmos sempre a questão teórica, já discutida pela dialética idealista de Hegel, e pela materialista de Marx, a de Razão e de Liberdade, idéia esta que praticamente constatamos como uma possibilidade presente.

BIBLIOGRAFIA

Castoriadis, C – *A Instituição Imaginária da Sociedade* - Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

Fausto, R. – *Marx: Lógica e Política* – São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Ianni, O – “Revoluções Camponesas na América Latina” in: Santos, J. V. Dos (org.) – *Revoluções Camponesas na América Latina* – São Paulo: coedição Editora ícone/Editora da Unicamp, 1985.

Marx, K – O Capital – São Paulo: Nova cultura, 1985.

Marx, K e engels, F.- A Ideologia Alemã – São Paulo: Editora Hucite, 1986.

Sader, E – Quando os Novos Personagens Entram em Cena: *experiências, falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo (19070-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.